

# Direito Humanitário e Conflitos Modernos

Major-General Manuel António Lourenço de Campos Almeida, Exército de Portugal

Transcrito da Revista Militar de Janeiro de 2003

*É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça ou se não tema, nem bem que seja próprio e seguro*

Padre António Vieira<sup>1</sup> (1608-1697)

**N**OS PRIMÓDIOS do século XXI, o Direito Internacional continua a ter como bases fundamentais, a proibição do uso da força, o respeito pelos Direitos Humanos e pelo Direito Humanitário, e o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados. O acréscimo do protagonismo dos seres humanos e dos seus direitos, que advém da produção normativa das Nações Unidas nas últimas décadas, é fruto da convicção de que a protecção da pessoa em todas as circunstâncias, está firmemente conexas com a paz e com a segurança internacionais. Deste modo, tem-se assistido a um certo desgaste da tradicional soberania dos Estados face aos seus deveres humanitários, que hoje se revestem de amplitude universal.

Nestes esforços tendentes a construir a paz, merece também destaque o papel do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, cujo objectivo primeiro é o de reforçar o respeito pelo “Princípio da Humanidade” que tutela a prevenção e alívio do sofrimento humano em todas as circunstâncias e, em particular, em situações de conflito armado.

## O Direito Internacional Humanitário

O Direito Internacional Humanitário (DIH), ou Direito Humanitário, ou ainda “Direito de Genebra”, está orientado para proteger as vítimas dos conflitos armados, ou seja, para a protecção dos feridos, doentes, náufragos, prisioneiros de guerra e população civil. Como necessidade de efectivar aquela protecção, também contempla uma série de normativos que visam proteger os bens

culturais das comunidades, os bens indispensáveis à sobrevivência da população civil e o meio ambiente natural.

O DIH tem a sua origem na Convenção de Genebra de 1864 e hoje concretiza-se nas Convenções de Genebra de 1949 e Protocolos Adicionais de 1977 e na Convenção da Haia de 1954, relativa a bens culturais.

Paralelamente ao Direito de Genebra, as Nações Unidas iniciaram, na 2ª metade do Século XX, a criação de normas que incidem sobre a limitação do uso da força, a fim de proteger as vítimas dos conflitos, codificação que se tem designado “Direito de Nova York”.

Tradicionalmente, o então designado Direito da Guerra regulava os meios e modos de condução das hostilidades. Com origem consuetudinária e assentando em costumes e práticas, tem a sua base normativa nas Convenções e Regulamentos da Haia (1889 e 1907) e em Convenções e Protocolos mais recentes, referentes à proibição e restrição do uso de certas armas ou técnicas de condução dos conflitos.

Posteriormente, o Direito Internacional evoluiu para o conceito mais amplo de “Direito dos Conflitos Armados”, que integra o conjunto de normas jurídicas que regulam os direitos e deveres das partes nos conflitos armados, os meios e modos de combater (Direito da Haia) e a protecção das vítimas dos conflitos (feridos, doentes, náufragos, prisioneiros de guerra e população civil) e dos bens civis (culturais, indispensáveis à sobrevivência da população civil e do meio ambiente natural).

Hoje, em face da sua dinâmica normativa e grande desenvolvimento, o Direito Internacional dos Direitos Humanos (*Human Rights Law*) tem vindo a ter uma relevante função em tempo de paz, e tem complementado o Direito Internacional Humanitário com normativos referentes à protecção das mulheres e crianças em situação de emergência e conflito armado, à protecção

contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, às execuções sumárias e arbitrárias, ao desaparecimento forçado, etc.

## Os Conflitos Modernos

O mundo contemporâneo é caracterizado pela mudança contínua originadora de incertezas e riscos, que por vezes evoluem para crises profundas. Os problemas de natureza económica, social e política, entre os quais as diferenças religiosas e étnicas, os extremismos e fundamentalismos, as reformas inadequadas, a violação dos direitos humanos e a dissolução de Estados, têm provocado a instabilidade de territórios e regiões. Os perigos são hoje tão variados, que podem incluir actos de terrorismo, sabotagem e crime

*Hoje, em face da sua dinâmica normativa e grande desenvolvimento, o Direito Internacional dos Direitos Humanos (Human Rights Law) tem vindo a ter uma relevante função em tempo de paz, e tem complementado o Direito Internacional Humanitário com normativos referentes à protecção das mulheres e crianças em situação de emergência e conflito armado, à protecção contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, às execuções sumárias e arbitrárias, ao desaparecimento forçado, etc.*

organizado e a insegurança pode ainda ser causada pelo movimento de populações (deslocados, refugiados, ou migrantes clandestinos), pelo comércio ilegal de drogas e armas, pelos desastres ambientais, etc.

A proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e dos vectores capazes de as lançar, consequência da evolução tecnológica e do mais fácil acesso às necessárias matérias primas, a falência do sistema de prevenção do comércio ilícito relativo a estes materiais e ao *know-how* da sua fabricação, tem possibilitado a sua disseminação, tendo os Estados e os grupos organizados mostrado um potencial cada vez maior para construir algumas destas armas. Como consequência, potenciais adversários podem deter sistemas de armas sofisticados de carácter ofensivo e defensivo e utilizar mesmo plataformas aéreas, terrestres ou navais para as largar.

O ambiente político-militar nos princípios do século XXI é ainda caracterizado pela interdependência económica, pelo fenómeno da globalização, pela gradual fraqueza da soberania dos Estados, pelo fosso entre nações ricas e pobres, pela conflitualidade a nível interno e regional, pela influência das organizações não governamentais e pelo reforço da comunidade internacional.

A nível militar, assiste-se à proliferação da aptidão para produzir armas, acompanhada de uma redução generalizada dos efectivos militares. Os exércitos tornaram-se mais pequenos, compensando a redução de pessoal com a melhoria das capacidades militares. A aplicação da violência tornou-se mais dependente das novas tecnologias, nomeadamente dos progressos da microtecnologia, da biotecnologia, das tecnologias da informação e do domínio da tecnologia espacial. Nos recentes conflitos internacionais, as novas tecnologias foram aplicadas e as partes procuraram destruir os centros de gravidade do adversário, através do domínio e controlo do espaço aéreo, terrestre e marítimo. Paralelamente, e por força das opiniões públicas, a aquisição das capacidades de localizar e atacar cirurgicamente os objectivos e de utilizar a força de forma proporcional aos resultados pretendidos, vieram provocar uma revolução nos assuntos militares.

Apontam-se, de seguida, algumas das características das novas tecnologias ao serviço das forças militares:

- A possibilidade de cobertura satélite a nível mundial, a todo o tempo e com grande exactidão;
- O uso de aeronaves não tripuladas (UAV's) que cobrem o campo de batalha e permitem fornecer imagens dos objectivos a atacar, em tempo real, às plataformas atacantes (no futuro, serão capazes de atacar não só objectivos pré-programados, mas também alvos de oportunidade, com armas tradicionais ou uso de energia laser, alterando assim a clássica intervenção humana "in loco" e revolucionando o planeamento operacional);
- Os avanços consideráveis na metodologia da selecção de alvos e na precisão cirúrgica dos ataques;
- A utilização de munições guiadas de precisão (PGM's), também conhecidas por "armas inteligentes", graças à possibilidade da plataforma lançadora receber informação, não só dos seus sensores, mas também de outras fontes e sistemas, permitindo-lhe identificar o alvo, atacá-lo e verificar os resultados;
- O desenvolvimento de novas armas "não letais", capazes de incapacitar pessoas e bens sem recorrer à tradicional força de penetração e explosão;
- A possibilidade de neutralizar os sistemas de fornecimento de electricidade, água e gás às populações e ao sector militar-industrial;
- A manipulação da informática como forma de perturbar o funcionamento das instituições.

Ao lado destas tecnologias de ponta ao serviço das potências mais desenvolvidas, algumas já aplicadas nos recentes conflitos dos Balcãs e do Afeganistão, o século XXI é também caracterizado pela possibilidade de nações menos poderosas, ou mesmo grupos organizados, produzirem armas biológicas e químicas, pouco dispendiosas e usando equipamento de duplo uso, capazes de infligir danos silenciosos (porque os efeitos podem ser incolores e inodoros). Estas armas são ainda de fácil armazenagem e



Nações Unidas

*Destroços da guerra, de dois anos de duração, entre a Etiópia e a Eritreia no ponto 44 da zona de segurança provisória.*

de emprego furtivo, tornando difícil a captura dos autores dos ataques.<sup>2</sup>

Outros tipos de violência, são os conflitos locais e regionais, ligados a disputas fronteiriças, rivalidades étnicas, querelas religiosas, controlo do tráfico de drogas e riquezas naturais, etc. Não se trata já de conflitos entre Estados mais ou menos violentos e globais, mas de lutas internas, fratricidas, de genocídios e matanças no interior de um território, por vezes ultrapassando fronteiras e pondo em evidência a fragilidade do poder soberano dos Estados. Muitos deles são simplesmente manipulados, de acordo com interesses exteriores. Para não tornar a lista extensiva referem-se os conflitos que ocorreram ou ainda ocorrem no Afeganistão, na Libéria, no Camboja, em Timor, em Angola, na Somália, na Colômbia, no Sudão, na Argélia, no Rwanda, na Região dos Grandes Lagos e nos Balcãs. Estas novas formas de conflitualidade afectam todos os Continentes, não sendo exclusivos de uma particular região.

Também os conceitos de uso da força e de agressão sofreram alterações. Hoje é possível levar a cabo operações, no domínio da actividade económica ou no âmbito das tecnologias da informação, capazes de provocarem danos imensos sem que se integrem no âmbito tradicional daqueles conceitos. Actuar no domínio dos sistemas financeiros, afectar as redes de comunicações ou os sistemas informáticos, interferir nos mercados bolsistas, manipular os sistemas de informação, fazer aprovar embargos económicos, são operações possíveis para uma potência dominante, superando a velha definição de agressão

aprovada pela Resolução nº 3314 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14Dez1974.<sup>3</sup> O artigo 2º — 4 da Carta das Nações Unidas, relativo ao uso do recurso à ameaça ou ao uso da força, contra a integridade territo-

*Como combatentes dos conflitos modernos foram utilizadas cerca de 300.000 crianças, em mais de 30 países e dos quais se destacam Angola, Colômbia, Libéria, Serra Leoa, Sudão e Uganda. Neste último país sobressai o Exército da Resistência do Senhor, onde cerca de 5.500 crianças são utilizados como combatentes e escravos sexuais. Usados para transporte de armas e de meios logísticos, para participar em missões suicidas, actuar como espíões, sabotadores, mensageiros, detectores de minas, etc., são recrutados à força, (ou juntam-se às partes em conflito para escapar à fome, à pobreza e à miséria) e são compelidos a obedecer, sob ameaça de morte.*

rial ou a independência política de um Estado, também não contempla aquelas situações, o mesmo se podendo dizer do Capítulo VII da Carta, relativo a acções em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e acto de agressão. Os próprios fundadores do Tribunal Criminal Internacional reconheceram a delicadeza da situação e adiaram para

momento posterior a definição do crime de “agressão”,<sup>4</sup> devido a dificuldades em alcançar uma posição consensual neste domínio. As novas tecnologias da “Idade da Informação” vêm portanto levantar questões na definição e nos contornos de conceitos como o uso da força, agressão, ataque armado e, como consequência directa, no conceito de legítima defesa.

Este artigo pretende descrever alguns dos problemas

*Muitos dos conflitos modernos de natureza local e regional têm sido esquecidos. . . Contudo, nalguns conflitos africanos soldados, rebeldes e grupos armados, actuando de ambos os lados das fronteiras, continuam a manter a população civil, os refugiados e os deslocados em estado de medo. Na Nigéria, na Libéria, na Argélia, na Serra Leoa, no Uganda, a violência étnica e religiosa já provocou milhares de mortos.*

que se colocam ao DIH dos nossos dias, em face das características dos conflitos modernos e das alterações tecnológicas, económicas, sociais e políticas do nosso tempo. Após caracterizar sucintamente a conjuntura actual e verificar a insuficiência de alguns normativos do DIH, o artigo aponta para a necessidade das lacunas serem preenchidas, como consequência da constatação de que os normativos perdem a sua utilidade, quando deixam de servir os fins para que foram criados.

## **Direito Humanitário e Conflitos Modernos**

Os normativos que integram o Direito Internacional dos Conflitos Armados, têm sido criados “a posteriori”, de uma forma reactiva, sendo exemplo bem claro a codificação aprovada posteriormente aos grandes conflitos do séc. XX:

- Conflito Russo-Japonês de 1904/05 (Convenção de Genebra de 1906 e Convenções da Haia de 1907);
- Conflito Mundial de 1914/18 (Protocolo sobre a proibição do uso dos gases de 1925 e Convenção de Genebra de 1929);
- Conflito Mundial de 1939/45 (Convenções de Genebra de 1949 e Convenção sobre Bens Culturais de 1954);
- Conflitos da Coreia, do Vietname e Conflitos de Libertação Nacional (Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra, em 1977, Convenção sobre a Proibição do Uso Militar de Técnicas de Modificação Ambiental/ENMOD, em 1976, Convenções sobre Armas Convencionais, em 1980);

- Conflito do Golfo de 1990/91 (Convenção sobre Armas Químicas em 1993);
- Conflitos Internos das décadas de 1980/90 (Convenção sobre Minas Anti-Pessoal em 1997).

Raras vezes tem a Comunidade Internacional agido de forma antecipatória, mas um bom exemplo positivo foi a aprovação do Protocolo de Viena de 1995, proibindo o emprego de armas laser capazes de provocar a cegueira.

O início do séc. XXI trouxe para a realidade alguns dos cenários que se anteviam, caso dos actos terroristas que têm provocado desmedidas perdas humanas e materiais. Quanto ao futuro, a História tem-nos ensinado, no que respeita à arte de prever, que há muitas variáveis em jogo que não controlamos e que se comportam de forma caótica e imprevisível. O universo dessas variáveis é tão grande que a tarefa se mostra quase impossível, o que não impede a formulação de algumas interrogações:

- Como se desenvolverá a tecnologia e que novos sistemas de armas e novas tácticas serão aplicadas?
- Serão os conflitos do futuro travados entre alianças do tipo regional, ou entre Estados, ou serão predominantemente de natureza interna (entre forças leais ao Governo e movimentos dissidentes), ou assistiremos à proliferação dos actores?
- Serão os conflitos do tipo civilizacional como preconiza S. Huntington?<sup>5</sup>
- Qual o papel das forças e organizações políticas, económicas e sociais?

Muitos dos conflitos modernos de natureza local e regional têm sido esquecidos, face ao interesse da “media” nas intervenções das grandes potências e coligações multinacionais, que têm ocupado as grandes parangonas da comunicação social. Contudo, nalguns conflitos africanos soldados, rebeldes e grupos armados, actuando de ambos os lados das fronteiras, continuam a manter a população civil, os refugiados e os deslocados em estado de medo. Na Nigéria, na Libéria, na Argélia, na Serra Leoa, no Uganda, a violência étnica e religiosa já provocou milhares de mortos. Noutros conflitos, apesar da assinatura da paz e do desarmamento dos rebeldes, alguns destes continuam a não entregar as armas porque, ou não confiam nas tropas governamentais e receiam pelas suas vidas, ou porque as suas armas são o seu meio de vida, usadas para a pilhagem e para o controlo de campos de diamantes e de outros recursos naturais do território.<sup>6</sup>

As forças militares foram entretanto moldadas pelo desenvolvimento tecnológico e pela crescente globalização da conflitualidade. Como consequência directa, surgiu a cada vez maior interdependência entre o civil e o militar. Enquanto no conflito mundial 1914/18, era possível diferenciar combatentes e não combatentes, objectivos militares e civis, a partir do conflito mundial de 1939/45, as operações militares ganharam movimento



Nações Unidas

Oficial da FT de Polícia Internacional testa os candidatas para o Serviço de Controle de Fronteiras na Bósnia-Herzegovina.

e ficaram mais directamente dependentes dos civis e das suas actividades profissionais. Desta forma, os civis e os bens civis, foram alvo de ataques maciços, como reconhecimento da sua importância directa e imediata para as operações militares. No conflito do Vietname, nos conflitos de libertação nacional e nos conflitos mais recentes tornou-se ainda mais difícil respeitar o “princípio da distinção”.

Com a actual tendência de profissionalização das forças armadas e com a redução generalizada dos efectivos militares, muitas das actividades desempenhadas tradicionalmente por militares, passaram a sê-lo por civis, nomeadamente a nível da logística, da manutenção e regeneração dos equipamentos, do transporte, da segurança de instalações, etc. Por outro lado, muitos dos equipamentos e infra-estruturas civis têm duplo uso, tais como, aeroportos, edifícios, fábricas, navios e aviões.

As grandes mudanças na condução dos assuntos militares, aliadas à força da jurisprudência e da opinião pública, deram origem às sucessivas alterações da estrutura normativa do DIH e em particular das Convenções. Mas como ultrapassar a tradicional divisão dos anos 70, entre Conflitos Internacionais (GP I) e Conflitos não Internacionais (GP II e Artigo 3º. Comum)? Essa divisão artificial e simplista continua a ser afectada pela tensão entre a Soberania dos Estados e a Protecção da Dignidade Humana, dificultando assim a determinação da norma aplicável a cada caso. O mesmo acontece por via

do aumento dos actores envolvidos nos conflitos modernos para além dos Estados, tais como bandos armados,

*Com a actual tendência de profissionalização das forças armadas e com a redução generalizada dos efectivos militares, muitas das actividades desempenhadas tradicionalmente por militares, passaram a sê-lo por civis, nomeadamente a nível da logística, da manutenção e regeneração dos equipamentos, do transporte, da segurança de instalações, etc. Por outro lado, muitos dos equipamentos e infra-estruturas civis têm duplo uso, tais como, aeroportos, edifícios, fábricas, navios e aviões.*

forças irregulares, mercenários, terroristas, membros de cartéis de droga e traficantes de diamantes.

Como abordar a questão do terrorismo e como enquadrar esta forma de violência, cujos agentes não pertencem às estruturas regulares de um Estado e por vezes formam redes multinacionais, espalhadas por diferentes regiões? Mesmo com campos de treino e apoio logístico num determinado território, nem sempre é possível determinar se o respectivo Estado, ou tribo ou comunidade, é também responsável pelos crimes cometidos. Por outro lado, o

termo terrorismo é usado pelos governos e pelas forças instaladas no poder para baptizar movimentos políticos internos de carácter violento e reivindicativo. Exemplo concreto das dificuldades colocadas pela acção terrorista é a polémica questão do Estatuto dos 384 prisioneiros de 33 nacionalidades, capturados pelos Aliados no conflito do Afeganistão e que foram internados na Base de Guantanamo.<sup>7</sup> Como distinguir, à face do direito actual, as forças regulares do regime Taliban que defendiam o país de um ataque vindo do exterior, das forças da al-Qaeda que, não sendo forças regulares de um Estado, operavam dentro do país e combatiam ao lado das forças governamentais? Estarão as normas do DIH ajustadas no que se refere aos conceitos de combatente e de mercenário? Enquanto os U.S.A. recusaram a concessão do

*Outros tipos de violência, são os conflitos locais e regionais, ligados a disputas fronteiriças, rivalidades étnicas, querelas religiosas, controlo do tráfico de drogas e riquezas naturais, etc. Não se trata já de conflitos entre Estados mais ou menos violentos e globais, mas de lutas internas, fratricidas, de genocídios e matanças no interior de um território, por vezes ultrapassando fronteiras e pondo em evidência a fragilidade do poder soberano dos Estados.*

estatuto de combatente aos prisioneiros de Guantanamo, os Aliados Europeus mostraram-se inclinados a conceder as vantagens proporcionadas pelo DIH. Posição semelhante foi a tomada pelo ICRC que classificou o conflito como internacional e também interno, aplicando as várias protecções do Direito de Genebra, incluindo a 3ª Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, dentre as quais releva o registo, acompanhamento e verificação das condições de detenção, como forma de proteger a dignidade humana dos prisioneiros.<sup>8</sup> Importa ainda referir que a atribuição do estatuto de prisioneiro de guerra, impede o seu interrogatório para além da obtenção do nome, posto, data de nascimento e número de matrícula (GIII, artº 17º) e implica que não possam ser assacadas responsabilidades pessoais pelas baixas causadas à outra parte no conflito.

De repensar é ainda a definição de mercenário contida no GPI, artº. 47º, que estabelece uma série de pressupostos cumulativos. A própria Convenção contra o recrutamento, uso, financiamento e treino de mercenários, aprovada pela LXXII sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 04 de Dezembro de 1989, parece não ter esclarecido ou clarificado a definição, porquanto foi repescar grande parte dos elementos constantes no artº 47º.

Importa também discutir a actualidade do conteúdo do GPI, artº 44º. sobre a definição de combatente e que corresponde a uma ultrapassagem do conceito mais restrito da IV Convenção da Haia de 1907 e seu Regulamento<sup>9</sup> e do artº. 4º da III Convenção de Genebra.<sup>10</sup> É talvez o conceito mais polémico de todo o Protocolo I e que tem servido como um dos motivos para que algumas potências ainda o não tenham ratificado, caso dos U.S.A., Índia, Japão, Israel, Filipinas e Turquia.<sup>11</sup> O facto de bastar que os combatentes transportem as armas abertamente ... “durante cada recontro militar e durante o tempo em que estiver à vista do adversário”...<sup>12</sup> e que veio legitimar muitas das operações levadas a cabo durante as lutas de libertação dos regimes coloniais, acabou por ter um efeito perverso, quando os novos Estados se viram também confrontados com oposições armadas internas (casos concretos de Angola com a UNITA e de Moçambique com a RENAMO). No caso Português, importa referir que tendo Portugal procedido à ratificação do Protocolo I, em 01 de Abril de 1992, ela foi acompanhada com uma declaração interpretativa, no sentido de excluir os actos de terrorismo e outros actos puníveis pelo direito comum.<sup>13</sup>

Como combatentes dos conflitos modernos foram utilizadas cerca de 300.000 crianças, em mais de 30 países e dos quais se destacam Angola, Colômbia, Libéria, Serra Leoa, Sudão e Uganda. Neste último país sobressai o Exército da Resistência do Senhor, onde cerca de 5.500 crianças são utilizados como combatentes e escravos sexuais.<sup>14</sup> Usados para transporte de armas e de meios logísticos, para participar em missões suicidas, actuar como espões, sabotadores, mensageiros, detectores de minas, etc., são recrutados à força, (ou juntam-se às partes em conflito para escapar à fome, à pobreza e à miséria) e são compelidos a obedecer, sob ameaça de morte. Fáceis de recrutar, instruídos a baixo custo, alimentados com sobriedade, revelam-se disciplinados, maleáveis, ágeis e obedientes. Também as crianças do sexo feminino são empregues nestes grupos armados em tarefas logísticas, sendo ainda vítimas de abusos sexuais. A participação das crianças nos conflitos, passa pela prática das maiores atrocidades nomeadamente decapitações, amputações, violações, queima de pessoas vivas. Mais tarde acabam por ser abandonadas, por desnecessárias, carregando consigo as suas mutilações físicas e psicológicas. Para além da crueza deste drama, acresce o facto dos conflitos nos países pobres terem passado para um segundo plano das preocupações internacionais, face às acções militares que as grandes potências têm desencadeado nos últimos anos.

A Convenção dos Direitos das Crianças de 20 de Novembro de 1989, define no seu artigo 1º que criança, é todo o ser humano que tenha idade inferior a 18 anos.<sup>15</sup> Em 12 de Fevereiro de 2002, entrou em vigor o Protocolo

Adicional à Convenção dos Direitos das Crianças, de 25 de Maio de 2000, que proíbe o recrutamento, a conscrição e o envolvimento de jovens com menos de 18 anos, em conflitos armados. Também o Estatuto do Tribunal Criminal Internacional estabelece no seu artigo 8º que ...”a conscrição ou recrutamento de crianças com menos de 15 anos de idade é um crime de guerra”....<sup>16</sup> Existe uma desconformidade com o preceituado no GP I, 77, que apenas solicita às partes em conflito que...”tomem todas as medidas possíveis para que as crianças de menos de 15 anos não participem directamente nas hostilidades”....<sup>17</sup> Este normativo carece pois de um ajustamento, sendo ainda certo que a questão tem também repercussão nos países mais desenvolvidos, onde estão institucionalizadas Escolas e Colégios militares para jovens voluntários, dependentes dos Ministérios da Defesa, onde é ministrada a educação básica, juntamente com instrução militar e manejo de armas de fogo.

Dentre os conflitos modernos destaca-se o da Palestina, que apresenta contornos particulares de violência organizada, baseada no desespero dos que vivem nos campos de deslocados e refugiados. De um lado, a Autoridade Palestiniana sem uma estrutura militar plenamente organizada, nem um controlo efectivo sobre o território, onde se encontram milícias, grupos radicais e extremistas. Do outro lado, o poderoso Exército de Israel. O recurso ao uso de bombas humanas para atacar locais frequentados por civis Israelitas, sendo actos criminosos, não legitimam necessariamente a retaliação cega e desproporcionada, com a morte de civis e a destruição de serviços básicos, de habitações (consideradas objectivos legítimos porque disparam delas) e de edifícios públicos. Violações sucessivas do DIH têm estado ligadas ao acesso de pessoal sanitário aos locais de combate e ao fornecimento de água e alimentos, destinados às vítimas do conflito, para além de outros desrespeitos pelos princípios da humanidade, da distinção e da proporcionalidade. Também nada legitima a comissão de actos de hostilidade contra monumentos históricos, obras de arte ou lugares de culto, ou utilizar estes bens como refúgio de combatentes armados, como aconteceu com a Igreja da Natividade, ocupada por cerca de 200 civis e milicianos armados, durante 39 dias (GP I, artº 53º).

Para as forças militares envolvidas nos conflitos actuais, ressalta pela sua importância o Princípio da Discriminação entre civis e bens de carácter civil (artº. 48º e seguintes do GP I) e combatentes e objectos não civis (que constituem o grupo dos objectivos militares). Importante ainda são as chamadas medidas de precaução a que estão obrigados os combatentes (GP I, 57), no sentido de fazerem todos os possíveis para verificarem previamente que os objectivos a atacar são objectivos militares. A situação evoluiu muito desde o conflito de 1939/45, durante o qual os bombardeamentos aéreos apenas conseguiam colocar

um terço das munições dentro de um círculo com um raio de 5 milhas, caindo dois terços a mais de 5 milhas do alvo, causando a destruição indiscriminada de bens e pessoas civis.<sup>18</sup> Mas, apesar da tremenda redução dos danos colaterais, nos conflitos modernos ainda se cometem erros daquela envergadura. Na Colômbia, durante um confronto entre os guerrilheiros da FARC e os paramilitares das designadas AUC — Forças de Autodefesa, os civis refugiaram-se na pequena igreja de Belavista, mas um morteiro atingiu o interior da construção e matou 117 pessoas das quais 47 crianças, perante a impotência das Forças Governamentais que não controlavam o local.<sup>19</sup> Neste país, os civis têm sido as vítimas dos confrontos pelo controlo do território, perante a manifesta falta de autoridade do Estado.

*O recurso ao uso de bombas humanas para atacar locais frequentados por civis Israelitas, sendo actos criminosos, não legitimam necessariamente a retaliação cega e desproporcionada, com a morte de civis e a destruição de serviços básicos, de habitações (consideradas objectivos legítimos porque disparam delas) e de edifícios públicos.*

Com a crescente globalização e interdependência entre a actividade civil e militar, aumentou a fluidez entre objectivos militares e não militares, devido à crescente dependência das forças militares, dos bens e pessoas civis, durante os conflitos militares. O GPI, artº. 52º “Protecção geral dos bens de carácter civil”, define bens de carácter civil como ...“todos os bens que não são objectivos militares” e objectivos militares como os que ...“pela sua natureza (ex. armas, aviões de combate), localização (ex. ponte no campo de batalha), destino (ex. material destinado aos combatentes), ou utilização (ex. um camião civil usado para transportar armas) contribuam efectivamente para a acção militar e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização ofereça, na ocorrência, uma vantagem militar precisa”.<sup>20</sup>

Exemplo polémico foi o uso de munições de fibra de carbono contra centrais eléctricas, no Iraque e na ex-Jugoslávia, provocando efeitos na população civil a nível da escassez dos alimentos, água e medicamentos, da ruptura dos sistemas de esgotos, etc. O ataque à radiotelevisão de Belgrado, durante a campanha do Kosovo, ou a destruição do abrigo de protecção Amiriya (Al Firdus) em Bagdade, em Fevereiro de 1991, que provocou cerca de 300 mortos, são outros exemplos.<sup>21</sup>

O DIH estabelece que ...“as pessoas civis não devem ser objecto de ataques” (GPI, 51º, 2), ...“salvo se participarem directamente nas hostilidades, enquanto durar essa

participação” (GP I 51º, 3). Qual o estatuto do pessoal técnico civil que trabalha, na rectaguarda, na manutenção e regeneração de aviões de combate? Atacar uma fábrica de material informático é legítimo? E que dizer do desvio de um avião comercial para ser usado como projectil? Quem pode dar a ordem para o seu abate? Qual o estatuto dos tripulantes e dos navios que carregavam e transportavam petróleo dos portos Iraquianos e Iranianos, durante o conflito Irão-Iraque, ou durante o conflito do Golfo?

À medida que os conflitos modernos assentam nas novas tecnologias e se tornam virtuais, as diferenças entre objectivos militares e civis são cada vez mais diluídas, daí resultando a necessidade de repensar os normativos do DIH, para os ajustar às novas realidades.

## Outras Questões Pendentes

Mais do que regular os conflitos armados, importa evitá-los. Contudo, e na senda do pragmatismo do ICRC, importa igualmente não esquecer o cumprimento das regras de Genebra, durante os conflitos. A Cruz Vermelha Internacional recebeu o mandato para promover e difundir os princípios humanitários constantes das Convenções e para verificar e alertar para os abusos cometidos. Difundir

*A distância era, no passado, um factor de protecção para os civis. . . No séc. XXI, os combates podem atingir qualquer espaço, em qualquer momento, situação que vem degradando o princípio da discriminação. O aumento da distância física do combatente em relação ao combate e aos sofrimentos causados a terceiros, pode vir a provocar a erosão do princípio humanitário.*

o conteúdo das Convenções pelos membros das Forças Armadas, através da educação e da integração na formação militar dos princípios humanitários, e tendo em conta os níveis de responsabilidade é tarefa fundamental. Os combatentes do séc. XXI, controlam um grande potencial de força, o que impõe a promoção, a difusão e o treino do DIH em todos os níveis da hierarquia militar (GP I, 83). Esta situação vem reforçar a importância dos juristas, enquanto conselheiros dos comandantes (GP I, 82), na sala de operações e no terreno (GP I, 87), possibilitando o melhor cumprimento das normas que protegem os civis e os bens civis, nomeadamente as referentes às medidas de precaução e às estabelecidas no GP I, 57,2, b, que impõe que ...”um ataque deverá ser anulado ou interrompido quando pareça que o seu objectivo não é militar”...<sup>22</sup>

Importa referir que o uso de uma terminologia demasiado complexa ou fora da cultura militar, usada nalgumas secções das Convenções, como o uso da linguagem pela

negativa, ou a definição de “ataque”, (ver GP I, 35-1, ou GP I, 57-2 e GP I, 49), dificulta a compreensão e aplicação das normas pelos militares. E para os militares dos mais baixos escalões, a compreensão das normas pode assumir ainda maiores dificuldades. Assim, a promoção e difusão do DIH, sendo uma responsabilidade dos Estados (GP I, 83), tem sido também uma especial preocupação do ICRC, como forma de reduzir as violações do Direito Humanitário.

Também a questão da responsabilidade dos militares pelos erros cometidos, pelos danos colaterais desproporcionados e pelos crimes praticados pelos seus subordinados, (quando não tomarem todas as medidas necessárias e razoáveis para os evitar, GP I, 87), poderá ampliar-se com o emprego de mísseis teleguiados, de armas disparadas contra objectivos fora do alcance visual, de projecteis lançados de 15.000 pés de altitude e que levam segundos para atingir o alvo. O mesmo sucede com o uso de aeronaves não tripuladas, capazes de lançarem ataques pré-programados a longas distâncias, ou atacar alvos de oportunidade. Como já foi dito, cabe ao comandante militar cancelar ou suspender o ataque se se torna aparente que o alvo não é um objectivo militar (GP I 57, 2, b), mas como proceder para cancelar o ataque, no caso de acontecimentos supervenientes, ou no caso do aparelho entrar em situação de descontrolo?

A distância era, no passado, um factor de protecção para os civis, mesmo quando tinham de se afastar do campo de batalha, em vagas de deslocados e refugiados. No séc. XXI, os combates podem atingir qualquer espaço, em qualquer momento, situação que vem degradando o princípio da discriminação. O aumento da distância física do combatente em relação ao combate e aos sofrimentos causados a terceiros, pode vir a provocar a erosão do princípio humanitário. Com o controlo humano imediato, directo e continuado, cada vez mais afastado, como se faz a validação dos alvos a atacar e quem assume as responsabilidades? Emerge assim a necessidade dos comandantes possuírem uma boa formação técnica e moral e um bom conhecimento dos parâmetros legais, por forma a produzirem regras de envolvimento (ROE's) claras e adequadas às situações e serem capazes de tomar decisões rápidas e acertadas.

A não aceitabilidade de baixas, pela opinião pública das grandes potências, nos conflitos travados no exterior, obriga os militares a planear operações com um mínimo de baixas. Contudo, a tentação do uso de armas não letais, como espumas, sprays, sons, gases, microondas, toxinas, etc., pode vir a ser negativo, no que ao princípio da discriminação respeita. De facto, o uso de incapacitantes lançados do ar poderá diminuir o número de vítimas mortais, mas a utilização destas técnicas vai diluir a distinção entre combatentes e civis que se encontrem nas áreas de conflito.



Nações Unidas

Liberianos enfrentam longa fila para votar em Nimba, Libéria, em julho de 1997.

As Convenções de Genebra de 1949, foram aprovadas numa situação histórica bem determinada e pensadas para conflitos internacionais semelhantes ao de 1939/1945, com grandes unidades e movimentos de invasão e ocupação militar, acompanhados de ataques a grandes objectivos estratégicos. É notória a insuficiência dos normativos constantes do artº nº 3 comum (Convenções de Genebra de 1949) e do GP II, para abranger toda a tipologia dos conflitos modernos de natureza não internacional. Note-se que nalguns dos conflitos modernos e no chamado combate ao terrorismo, as forças militares são usadas em missões de natureza interna, (tradicionalmente do âmbito policial), dentro e fora das suas fronteiras, o que vem provocando um esbatimento da divisão tradicional entre conflitos internacionais e conflitos internos. Sublinhe-se, que os conflitos internos são os que mais envolvem e vitimizam as populações civis. É certo que nos normativos atrás referidos estão espelhados os grandes princípios do Direito Humanitário como os da Distinção, Proporcionalidade e Humanidade. Mas também é verdade que existe uma desproporcionalidade entre a produção normativa referente à protecção prestada pelo DIH às vítimas dos conflitos internacionais e às dos conflitos internos.

Também as diferentes sensibilidades em relação à interpretação e ao respeito pelas normas do DIH, pelos combatentes possuidores de tecnologia de ponta e pelos combatentes que não têm acesso a armas e munições de precisão, originam uma postura diferente em relação

aos princípios da distinção e da proporcionalidade. As repercussões incidem no domínio da selecção de alvos e na produção de danos colaterais. Em casos extremos

*A Cruz Vermelha Internacional recebeu o mandato para promover e difundir os princípios humanitários constantes das Convenções e para verificar e alertar para os abusos cometidos. Difundir o conteúdo das Convenções pelos membros das Forças Armadas, através da educação e da integração na formação militar dos princípios humanitários, e tendo em conta os níveis de responsabilidade é tarefa fundamental.*

pode a insuficiência das táticas e técnicas dos menos bem equipados, levá-los a actuar em desespero de causa.

Os chefes militares são responsáveis por manter os políticos informados acerca da conduta das operações e dos danos colaterais causados, a fim de os ligarem às consequências das suas decisões pois se, como afirmava Clemenceau, a guerra é um assunto demasiado sério para ser deixado exclusivamente aos generais, pode hoje afirmar-se que ...“a guerra é excessivamente importante para ser entregue aos ignorantes, quer usem ou não uniforme”.<sup>23</sup> À necessidade de uma maior coordenação entre políticos

e militares, acresce ainda o melhor entendimento com as organizações internacionais, com as organizações não governamentais e com os representantes da comunicação social, enquanto observadores atentos e independentes do desenrolar dos conflitos.

Mas nem tudo está mal com a evolução do Direito Humanitário das últimas décadas:

- Os civis já não são um alvo em si mesmo, como aconteceu no conflito 1939/1945 e noutros momentos posteriores.
- Com a criação dos Tribunais Internacionais, os criminosos de guerra já não estão em situação de total impunidade.
- Existem limitações em relação a certos métodos, táticas e armas.
- Os militares estão mais bem treinados e educados no que respeita aos valores e normas contidos nas Convenções.
- A entrada em vigor de Convenções modernas e com mecanismos de protecção, nomeadamente relativas às armas laser, armas químicas e minas terrestres.
- A aplicação de mecanismos previstos nas Convenções, sob a supervisão de instâncias internacionais.
- O maior envolvimento de forças militares em operações de resposta a crises, sob a tutela das Nações Unidas.
- O maior e melhor envolvimento da Cruz Vermelha Internacional, em todas as áreas de conflitualidade.

Apesar das suas limitações, o DIH procurou sempre prevenir e enquadrar o uso da violência, humanizar os conflitos, controlar o enorme poder destrutivo atribu-

ído aos combatentes, limitar os meios de destruição, reprimir as condutas contrárias às normas e aos valores, construir uma barreira contra a soberania dos Estados na sua expressão mais violenta e anárquica. Enquanto a humanidade não conseguir encontrar uma alternativa para os conflitos armados, o DIH continuará a ser um instrumento imprescindível para a protecção dos mais elementares direitos. Saibam os responsáveis produzir normativos e conseguir posições consensuais, a nível da comunidade internacional.

O pragmatismo das Nações Unidas e do ICRC nas suas missões de promoção do DIH, pois que os conflitos existem, apesar de tudo (e há mesmo situações em que se admite o recurso ao uso da força), devem levar a repensar o DIH, em termos proactivos ou de antecipação. Qualquer que seja o carácter do conflito, (actuação em legítima defesa, acção ordenada pelo Conselho de Segurança, agressão armada, ou conflito interno), há sempre vítimas que sofrem e que carecem da protecção do DIH. E o seu último intuito é proteger a Dignidade Humana e evitar as violações presenciadas e tão bem descritas pelo Padre António Vieira:

“...as cidades e as vilas arruinadas, os templos e os altares profanados, as pessoas de todo o estado e condição, e todo o sexo e idade desacatadas e por mil modos oprimidas, as mulheres e meninos inocentes entregues à fúria e voracidade dos bárbaros, as crueldades, as sevícias, os martírios, e tantos outros géneros de herética tirania, contrários a toda a fé e direito das gentes, e de nenhum modo compreendidas debaixo do nome de guerra; esta é a guerra que padecemos”.<sup>24</sup> **MR**

---

## Referências

1. Vieira, P. António - Sermão nos anos da rainha D. Maria Francisca de Sabóia, pregado em Lisboa em 1668, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Lda., Vol. XII, pp. 855, Lisboa.
2. Davis, Jim & Winegar, Anna Johnson – O Terror do Antraz. Aerospace Power, U.S.A., Ed. Brasileira, 1º Trimestre de 2002, pp. 22.
3. Escaraméia, Paula – Colectânea de Leis de Direito Internacional. Ed. ISCSP, Lisboa 1994, pp. 491.
4. Estatuto do Tribunal Criminal Internacional, artº 5º - 2, Roma, 17Jul1998.
5. The Economist – The war is over, the rebels come home. 25 de maio, pp. 45.
6. *Newsweek* – Prisoners Gaga at Guantanamo, 27 de maio de 2002, p. 5
7. Huntington, Samuel P. – *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Power*. Ed. Simon & Schuster, N. York, 1996.
8. Selling, Mark – ICRC, a Tough Mandate. BBC News Online, 18 de fevereiro de 2002
9. ICRC – International Law Concerning the Conduct of Hostilities. Geneva 1996, p. 17.
10. ICRC – The Geneva Conventions of August 12 1949. Geneva 1997, p. 76.
11. Internet, <http://www.icrc.org/icrceng.nsf>, 3 de janeiro de 2002.
12. Cruz Vermelha Portuguesa – Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949. Lisboa, 1988, p. 30.
13. Resolução da Assembleia da República nº 10/92, Anexo II – Diário da

República nº 77, de 01ABR92, p. 1586.

14. *The Economist* – The Lord's Army Resists. 20 de Abril, p. 48.
15. United Nations – A Compilation of International Instruments, Convention on the Rights of the Child. New York e Genebra 1994, p. 175.
16. Estatuto do Tribunal Criminal Internacional, artº 8º - 2, Roma, 17 de julho de 1998.
17. Cruz Vermelha Portuguesa – Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949. Lisboa, 1988, p. 55.
18. Walzer, Michael – Just and Unjust Wars. Ed. U.S.A., 1977, p. 258.
19. *The Economist* – War Crime. 11 de maio, p. 54.
20. Cruz Vermelha Portuguesa – Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949. Lisboa, 1988, p. 36.
21. Arkin, William – O Santuário Urbano na Tempestade do Deserto. *Air Power Journal*, U.S.A., Ed. Brasileira, 4º trimestre de 1997.
22. Cruz Vermelha Portuguesa – Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949. Lisboa, 1988, p. 39.
23. Toffler, Alvin e Heidi – Guerra e Antiguerra. Ed. Livros do Brasil, Lisboa, 1994, p. 19.
24. VIEIRA, P. António — Sermão na Sé da Baía, depois da Armada Re al Derrotada, ano de 1669, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Lda., Vol. XII, p. 855, Lisboa.

---

*O Major-General Manuel António Lourenço de Campos Almeida é atualmente Diretor de Abastecimento da Força Aérea. Sócio efetivo e membro da Direção da Revista Militar, o Major General Campos de Almeida é licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e Conferencista do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea de 1994 a 2002; Foi também Conselheiro de Estudos no Nato Defense College em Roma de 1999 a 2000.*